

**A POLÊMICA QUESTÃO
DA CATEGORIA GRAMATICAL DE GÊNERO²⁷**

José Pereira da Silva (UERJ e ABF)

Há duas maneiras de aprender qualquer coisa: uma, leve, suave, com informações corretas mas superficiais, que, pela incompletude da lição, não indo aos assuntos a ela correlatos, acaba sendo insuficiente para permitir a fixação da aprendizagem. É um método que pode agradar, e até divertir o leitor menos exigente; mas não lhe garante o sucesso do conhecimento.

A segunda maneira é aquela que procura dar um passo à frente da resposta breve e imediata: estabelece relações entre a dúvida apresentada e outros assuntos afins, de modo que, aprofundando um pouco mais a lição, amplia o conhecimento e garante sua permanência, porque não se contenta em ficar na superfície dos problemas e das dúvidas.

Falando em superfície, e a palavra nos sugere agora uma comparação entre as duas maneiras de aprender de que vimos tratando. A primeira ensina a pessoa, no mar de dúvidas, a manter-se à superfície; não afunda, mas não sai do lugar.

A segunda, além de permitir à pessoa permanecer à superfície, ensina-lhe dar braçadas, ir mais além. Assim, pela primeira, a pessoa bóia; pela segunda, nadando, avança e chega a seu destino.

(BECHARA, 2001: *Orelhas*)

A história da gramaticologia ocidental teve início na Antiguidade Greco-Latina, com Platão, com Aristóteles e com Varrão, trazendo numerosas e indesculpáveis consequências terminológicas absolutamente distanciadas das diversas realidades lingüísticas descritas ou normatizadas. Em consequência, as modernas gramáticas das línguas românicas, de Nebrija a Bechara, vêm adotando uma adaptação terminológica das gramáticas latinas que, por sua vez, não fizeram uma boa adaptação da terminologia da gramaticologia grega,

²⁷ Conferência proferida no VIII CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA em substituição à Profa. Vanda de Oliveira Bittencourt, que não pôde comparecer, no dia 25 de agosto, e na abertura do "Congresso da Pós-Graduação em Língua Portuguesa da FFP-UERJ", no dia 18 de outubro.

muito mais fiel à tradição do que à ciência lingüística, que já não se pode considerar adolescente.

É natural que a preocupação dos gramáticos greco-latinos não era a descrição da língua, conforme se faz na lingüística moderna, sem qualquer praticidade ou pragmatismo. Em princípio, era uma gramática normativa, com o objetivo de indicar, pedagógica e exemplarmente, as formas corretas da língua, abonadas com a autoridade dos escritores corretos.

Parafraseando Gladstone Chaves de Melo, ao se referir à gramática descritiva e à gramática normativa, Carlos Alberto Gonçalves Lopes conclui que ambas “cumprem a sua missão, só que a gramática normativa pode apresentar um problema, que não está tanto no de ser prescritiva (diga *advogado* e não *adevogado*), mas no de basear-se em descrições incoerentes, inadequadas e muitas vezes falsas.” (LOPES, 2003: 25).

Tratando do mesmo assunto Bruno Fregni Bassetto disse, no VII Congresso Nacional de Lingüística e Filologia em 2003, absolutamente de acordo com o que pensam os reformistas mais incomodados com a descabida inadequação terminológica da lingüística ocidental moderna (BASSETTO, 2003: 63):

Em relação à nossa terminologia gramatical, urge não esquecer que, em grande parte, ela remonta a Dionísio Trácio, que escreveu a primeira gramática do Ocidente. Os gramáticos latinos (Varrão, Aulo Gélíio, Carísio, Donato, Prisciano) apenas adaptaram, traduziram ou apenas decalcaram os termos gregos. No correr dos séculos, muitos desses termos tiveram seu conteúdo semântico ampliado ou reduzido, empanando a indispensável transparência que uma terminologia científica de qualquer área do conhecimento humano precisa ter. Penso que seria muito útil se voltássemos à etimologia dos termos da nomenclatura gramatical das vertentes greco-latinas, evitando sobretudo ampliações semânticas indevidas. O resultado certamente seria profícuo sobretudo nos diversos níveis de ensino. Memorizam-se os termos gramaticais sem que se perceba a relação significante-significado e esse fato impede a compreensão clara do fato lingüístico estudado. Todos os que se dedicam a esse ramo do conhecimento humano, como Gladstone Chaves de Melo, sentem o problema e com ele se angustiam; uma reforma da nomenclatura gramatical deve levar em conta essas vertentes greco-latinas, cujas contribuições não podem ser ignoradas mas sim expurgadas de aplicações indevidas e obnubiladas, que lhe foram acrescidas ao longo dos séculos. Os avanços atuais nos estudos da linguagem podem e devem ser adicionados, mas mesmo esses partem daquelas bases.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Não podemos ignorar o esforço de gramáticos como Walmírio Macedo (1991), Evanildo Bechara (1999 e 2001), Manoel Pinto Ribeiro (2002) e muitos outros, que vêm lutando com essa enorme dificuldade terminológica, além de toda a Academia Brasileira de Filologia, empenhada na reforma da Nomenclatura Gramatical Brasileira vigente (mas já não tão vigente).

QUESTÕES DE FLEXÃO E DE GÊNERO

Em geral, há uma grande dificuldade em distinguir tecnicamente a flexão da derivação, como se pode ver em BECHARA (1999: 341), pois

A flexão consiste fundamentalmente no morfema aditivo sufixal acrescentado ao radical, enquanto a derivação consiste no acréscimo ao radical de um sufixo lexical ou derivacional.: *casa* + *s*: *casas* (flexão de plural); *casa* + *inha*: *casinha* (derivação).

.....

No plano sintagmático, a flexão provoca o fenômeno da concordância: *móvel novo* → *móveis novos* em oposição a *a casa nova* → *a casinha nova*.

Ora, se mal se consegue distinguir flexão de derivação, o que levou a NGB a definir o grau como flexão, e se o conceito de gênero nas línguas românicas tem sido quase sempre confundido com o conceito de sexo, não seria óbvia uma definição adequada para essa categoria.

Carlos Alberto Gonçalves Lopes, tratando dos morfemas flexionais (ou categóricos), lembra que as desinências se diferem dos afixos principalmente por serem obrigatórias e produzirem os vocábulos flexionáveis (ou **vocábulos morfológicos**, na terminologia de José Carlos Azeredo).

Por conseguinte, as flexões existem para efetuar concordância e a concordância serve para indicar o binômio determinado / determinante, ou núcleo / periferia, encontrável no enunciado “*Maria* encontrou, *satisfeita*, Marcos”. Como se pode constatar, as desinências inserem a palavra na frase mediante o mecanismo da concordância, mecanismo este que se caracteriza por envolver simultaneamente regras morfológicas e sintáticas aplicáveis apenas aos vocábulos flexíveis, que em português são o substantivo, o artigo, o adjetivo, o numeral, o pronome e o verbo. (LOPES, 2003: 39)

Depois de lembrar que Mattoso Câmara Jr. (1985: 88) informa que “na realidade o gênero é uma distribuição em classes morfológicas” que “serve freqüentemente para em oposição entre si distinguir os seres por certas qualidades semânticas” e o sexo entre animais e pessoas, José Mário esclarece:

Quanto aos adjetivos, o gênero é propriedade gramatical que tem o objetivo de concordar com o núcleo substantivo a que se refere, constituindo verdadeiramente o fenômeno da flexão de gênero – gênero gramatical. (...)

Aliás, os adjetivos não têm gênero propriamente dito; eles se apresentam numa forma genérica de masculino e, no contexto em que são empregados pelos usuários da língua, tomam a forma de feminino, com o morfema de gênero “-a”, sob a regra de congruência, ou mantêm-se invariáveis. Ou seja, todos os adjetivos são, em potencial, flexionáveis em gênero: os biformes apresentam uma forma de feminino com o acréscimo do morfema de gênero “-a” (com a queda ou não da vogal átona final) e os uniformes, uma única forma para os dois gêneros. (...)

Assim, a variação de gênero dos adjetivos e a dos substantivos constituem fenômenos distintos. Naqueles trata-se de um processo gramatical, obrigatório e fechado, enquanto que nestes, um processo lexical, não-obrigatório e aberto. Em outras palavras, o adjetivo não apresenta gênero, mas torna-se masculino ou feminino, concordando com o substantivo a que se refere; o substantivo, não obstante, é ou masculino ou feminino... (BOTELHO, 2004)

E, pouco adiante, no mesmo artigo, acrescenta BOTELHO, na argumentação para distinguir os nomes em substantivos e adjetivos:

Como adjetivos, flexionam-se normalmente de acordo com o gênero do núcleo substantivo a que se referem, por imposição gramatical, já que o processo de flexão de gênero é uma característica do adjetivo. Isto é, quando usamos um adjetivo, não podemos escolher seu gênero; será feminino ou masculino, se for biforme, de acordo com o gênero do núcleo substantivo a que se liga, ou ficará invariável, se for uniforme.

.....

Nos substantivos, considerando a categoria de gênero, faz-se uma classificação arbitrária e convencional, e há mais de uma maneira de reunir todos os substantivos do português no seu quadro de gêneros: a analogia formal, a analogia conceptual (incluindo algumas metáforas) e a ampliação do gênero num dado contexto, cuja escolha é semanticamente motivada.

Logo, no tratamento do gênero, não se deve partir de uma noção precisa e bem definida, apesar de sua importância, pois nenhuma noção reúne em si condições para uma eficiente descrição gramatical de gênero.

Por isto, o debate que abrimos com esta série de eventos pretende colher subsídios para uma futura e eficiente descrição do gênero gramatical, não somente no português, mas em todos os idiomas em que se manifeste gramaticalmente.

O *Dicionário* Houaiss, no verbete “**Desinência**”, esclarece que “nas línguas flexionais, é o sufixo flexional que aparece no final de vocábulos adicionando ao seu radical *significados gramaticais*” (HOUAISS, 2001, s.v.), diferentemente do sufixo derivacional, alheio a tais significados.

O Professor Castelar de Carvalho, defendendo a posição oficial sobre o problema do gênero do substantivo como flexão, indicou-nos o livro *Morfologia Portuguesa*, do Professor José Lemos Monteiro (2002), que mais nos ajudou na confirmação de nossa hipótese, pois afirma, na página 79, referindo-se às categorias nominais de gênero e de número:

Observemos que nem todo nome ou pronome possui essas quatro subcategorias [de gênero masculino e feminino e de número singular e plural]. Estruturalmente, uma subcategoria sempre se opõe a outra. Ou seja, uma palavra só apresenta a marca do masculino se tiver um feminino correspondente. Não há plural sem singular e vice-versa.

E continua o Professor, dando o exemplo que nos ajudou, visto que não se pode falar de flexão quando a nova forma significa (no mundo exterior) outra coisa diferente da que supostamente sofreu mera flexão:

Os masculinos **saco, ele, doutor, ateu e espanhol** estão marcados pela desinência zero (Ø) que se opõe ao morfe [a] dos femininos **saca, ela, doutora, atéia e espanhola**.

Está evidente que o autor se enganou porque **saca** não é uma flexão de **saco**, mas um tipo diferente de embalagem, assim como **cavala** não é o feminino de **cavalo**, **pasta** não é o feminino de **pasto** e **casa** não é feminino de **caso**, como bem ensina na página 80:

De modo análogo, em **máquina, caneta, criatura e sacola**, o [a] final não constitui desinência de gênero, mas vogal temática. Será erro considerar o morfe zero como traço desinencial opositivo do gênero das palavras citadas. O zero deve ser usado sempre na ausência de morfe, jamais na inexistência de morfema.

Com relação a formas do tipo **cavalo, pasta, casa e carteira**, também não se fala em desinência de gênero, embora haja as formas **cavala**,

DEPARTAMENTO DE LETRAS

pasto, caso e carteiro. É que falta a correspondência semântica, fundamental na caracterização do gênero.

Na verdade, para esclarecer grande parte do que discutiremos a seguir, é indispensável distinguir flexão de derivação, o que poderemos fazer, levando em consideração também as palavras de José Carlos Azeredo (2000: 82):

A derivação é um processo que dá origem a novos **lexemas** – ou **palavras** [...], enquanto a flexão produz variações da forma de um lexema, dando origem ao que chamamos **vocábulos morfossintáticos**.

O dicionário registra os lexemas, e não os vocábulos morfossintáticos, porque estes são formas flexionadas.²⁸

Mais adiante, no parágrafo 219 o Professor José Carlos Azeredo (2000: 110-1) dá as seguintes razões que nos esclarecem sobre a distinção entre flexão e derivação, considerando a marcação de gênero de substantivo como uma derivação:

- o conceito de flexão é incompatível com a quantidade de “exceções” observada na classe dos substantivos. Para muitos substantivos em – o não existe contraparte feminina em uso (*mosquito, besouro, papagaio, lagarto* (*lagarta* é um inseto), *veado, camundongo*); em outros pares de nomes, a fêmea é designada por meio de um lexema que nenhuma regra é capaz de produzir (*homem / mulher, carneiro / ovelha, cavalo / égua* etc.);
- a flexão expressa a variação formal da **mesma** palavra (*feio / feia / feios / feias, saber / sei / sabendo / soubesse, leão / leões*). *Coelho e coelha* não são duas formas da mesma palavra, mas palavras lexicais distintas (MATHEWS, 1974; BECHARA, 1999). A atribuição de um gênero diferente a uma unidade lexical substantiva é uma forma de criar um novo substantivo, isto é, um processo de derivação;
- a criação e o emprego de certos nomes femininos (*chefa, sargenta, presidenta*), ou mesmo de certos nomes masculinos (*borboleteo, formigo, pulgo*, possíveis nas histórias infantis) são freqüentemente encarados como opções pessoais ou escolhas estilísticas dos falantes, o que não acontece quando estamos diante de uma flexão regular.

Tratando dos aumentativos e diminutivos, Bechara esclarece mais sobre o conceito de flexão (BECHARA, 1999: 140):

²⁸ Veja que os dicionários registram, por exemplo: menino e menina, *pato* e *pata*, *gato* e *gata*, *homem* e *mulher*, mas não, por exemplo: *pequena* (feminino de *pequeno*).

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A flexão se processa de modo sistemático, coerente e obrigatório em toda uma classe homogênea, fato que não ocorre na derivação, o que já levou o gramático e erudito Varrão a considerá-la uma *derivatio voluntaria*.

Para não buscar outra bibliografia, relacionei os primeiros cem e os últimos cem substantivos abaixo, registrados no *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*, só encontrei um substantivo que tenha uma forma masculina e outra feminina (“abade” / “abadessa”), com exceção daqueles que podem funcionar tanto como substantivos quanto como adjetivos, evidenciando que a o gênero do substantivo não é formado por flexão: a, aabora, aachense, aacheniano, aal, aaleniano, aalenienense, aalênio, aalense, aaquenense, aaqueniano, aardvark, aardwolf, aariano, aarônida, aaronita, aaru, âatá, aavora, aba, ababá, ababaia, ababalhos, ababangai, abá-baxé-de-ori, ababone, ababoni, ababuí, abaca, abacá, abacá, abacaí, abacai, abaçanamento, abacatada, abacataia, abacatal, abacate, abacate-do-mato, abacateiral, abacateiro, abacaterana, abacatirana, abacatuia, abacatuia, abacaxi, abacaxibirra, abacaxi-branco, *abacaxicultor*, abacaxicultura, abacaxi-de-tingir, abacaxi-silvestre, abacaxizal, abacaxizeiro, abacé, ábace, abaceias, abacebilidade, abacelabilidade, abacelamento, *abacenino*, abacense, abaci, abácia, abaciado, abaciamento, abácias, abaciato, abácida, abacinamento, abacisco, abacista, ábaco, abacômita, abacomitato, abacômite, abacondado, abaconde, abacote, abactínea, abacto, abactor, *abáculo*, abacutaia, abada, abadá, aba-de-estrela, abadágio, abadalassa, abadão, abadavina, abade, abadejo, *abadengo*, abadense, abadema, abadessa, abadessado, abadia e abadianense; e os cem últimos: zoose, zoosporângio, zoosporangióforo, zoospório, zoósporo, zootaxia, zootaxonomia, zootaxonomista, zootecnia, zootécnico, zootecnista, zooterapêutica, zooterapia, zootomia, zootomista, zootoxina, zootropia, zootrópio, zooxantela, *zopeiro*, zopo, zoráptero, zorate, zoratealô, zoratelô, zori, zoro, zoró, zorô, zoroastrianismo, zoroastrianista, zoroastrismo, *zoroastrista*, zorongo, zorra, zorraque, *zorreiro*, zorrilho, zorro, zorzico, zoster, zóster, zostera, zosterácea, zosteropídeo, zote, zoteca, zotismo, zoura, zuinginza zuarte, zuavo, zuca, zulo, zulu, zum, zumbaia, zumbaiero, zumbi, zumbido, *zumbidor*, zumbo, zunda, zunga, zunge, zungu, zunhi, zuni, zuniada, zunideira, zunido, zunidor, zunimento, zuninga, zunja, zunzum, zunzunzum, *zupador*, zura, *zuraco*, zuranti, zuraque, zureta, zurina, *zuriquenho*, *zuriquense*, zurna, zurrada, *zurrador*, zurrapa, zurraria, zurro, zuruarrá,

zurzidela, zurzidura, zuzá, zuzuto, zwieback, zwinglianismo, zwingliano, zwitterion, z-zero, zzz.

O mesmo gramático (BECHARA, 1999: 131) ainda lembra que “Todo substantivo está dotado de gênero, que, no português, se distribui entre o grupo do *masculino* e o grupo do *feminino*”. Mas, logo no início da página seguinte dá uma informação nova e revolucionária entre os mais conhecidos gramáticos brasileiros: “Só que esta determinação genérica não se manifesta no substantivo da mesma maneira que está representada no adjetivo ou no pronome, por exemplo, isto é, pelo processo de flexão”.²⁹

Continuarei transcrevendo a *Gramática* do Bechara, que, além de ser autoridade respeitada entre os filólogos, linguistas e gramáticos de todo mundo ocidental, teve a coragem de enfrentar os tradicionalistas para desmascarar essa farsa de flexão de gênero dos substantivos (BECHARA, 1999: 132-134):

²⁹ Carlos Alberto Gonçalves Lopes, sócio correspondente da ABF pelo Estado da Bahia, em seu livro *Lições de Morfologia de Língua Portuguesa*, apresenta-nos, sinteticamente essas diferenças relativas à expressão do gênero nos substantivos e adjetivos, nos seguintes termos (LOPES, 2003: 76-77):

a) Nos substantivos, que são predominantemente uniformes, o gênero é uma categoria implícita (não-marcada) inserida na estrutura profunda do enunciado, enquanto que nos adjetivos, o gênero é normalmente uma categoria inserida na estrutura superficial do enunciado.

b) Nos substantivos o gênero não é dependente, como é o caso de *clima*, enquanto que nos adjetivos ele é dependente do gênero do substantivo com o qual se relaciona e concorda, como é o caso de *clima horroroso* e *cidade horrorosa*, em que o adjetivo *horroroso* assume o gênero dos substantivos *clima* (masc.) e *cidade* (fem.).

c) Nos substantivos biformes, que são a minoria, o gênero vem internamente marcado por *derivação* (tio / tia) ou *heteronímia* (bode / cabra), enquanto que nos adjetivos biformes o gênero vem marcado por flexão (feio / feia).

d) No substantivo o gênero tem força semântica suficiente para modificar a referência (professor / professora) e até para criar *oposições metassêmicas* (o *capital* = dinheiro x a *capital* = cidade principal) ou *derivações metassêmicas* (o *calçado* = sapato → a *calçada* = passeio), enquanto que no adjetivo o gênero não tem força semântica nem modifica a referência, pois designa sempre a mesma qualidade sem acrescentar nada, semanticamente falando (menino *formoso* → menina *formosa*).

e) No substantivo o gênero é um traço lexical, razão pela qual costuma vir explicitado por um determinante flexionado na maioria dos casos (o grama), enquanto que no adjetivo é um traço gramatical.

Apesar de haver substantivos em que aparentemente se manifeste a distinção genérica pela flexão (*menino / menina, mestre / mestra, gato / gata*), a verdade é que a inclusão num ou noutro gênero depende direta e essencialmente da classe léxica dos substantivos e, como diz Herculano de Carvalho, “não é o fato de em português existirem duas palavras diferentes – *homem / mulher, pai / mãe, boi / vaca*, e ainda *filho / filha, lobo / loba* (das quais estas *não são* formas de uma flexão, mas palavras diferentes *tanto como* aquelas) – para significar o indivíduo macho e o indivíduo fêmea³⁰ (duas espécies do mesmo “gênero”, em sentido lógico) que permite afirmar a existência das classes do masculino e do feminino, mas, sim, o fato de o adjetivo, o artigo, o pronome, etc., se apresentarem sob duas formas diversas exigidas respectivamente por cada um dos termos de aqueles pares opostos –, “este homem velho” / “esta mulher velha”, “o filho mais novo” / “a filha mais nova” –, formas que de fato constituem uma flexão. (CARVALHO, [s/d.]a: v. 9, s.v. *gênero*)

A aproximação da função cumulativa derivativa de *-a* como atualizador léxico e morfema categorial se manifesta tanto em *barca* de *barco*, *saca* de *saco*, *fruta* de *fruto*, *mata* de *mato*, *ribeira* de *ribeiro*, etc., quanto em *gata* de *gato*, porque dá “ao tema de que entra a fazer parte a capacidade de significar uma classe distinta de objetos, que em geral constituem uma espécie de gênero designado pelo tema primário” (CARVALHO, [s/d.]b: 536 n. 38; [s/d.]c: 21). É pacífica mesmo entre os que admitem o processo de flexão em *barco* → *barca* e *lobo* → *loba*, a informação de que a oposição masculino – feminino faz alusão a outros

³⁰ É importante ressaltar que as palavras “macho” e “fêmea” tanto podem ser invariáveis em gênero, na formação de palavras compostas indicando o sexo do animal cujo nome é substantivo epiceno (podendo-se interpretar tal fato com uma forma de concordância ideológica), quanto podem ser variáveis, concordando gramaticalmente com o substantivo da base, o que não é muito comum. Sobre a palavra “macho”, diz Antônio Houaiss em seu *Dicionário*: “Por ser masculino na significação, o feminino (*macha*) do adj. é menos usado do que o substantivo *macho*, para formar femininos compostos; tal emprego exige, porém, o uso de hífen, por passar a se tratar de palavra composta por dois substantivos: *toutinegra-macho, formiga-macho*; esse substantivo, colocado após outro substantivo denominador de um ser sexuado é um *determinante específico* invariável em gênero, mas não em número, e indica que o ser é do sexo masculino (a *cobra-macho*, as *aranhas-machos*) ou um ser viril (*um cabra-macho*) ou um ser masculinizado (*mulher-macho*)”

Quanto a “fêmea”, escreveu o mesmo acadêmico, de saudosa memória: “Colocado após substantivo que denomine um ser sexuado, ao qual se une sempre por hífen, é um determinante específico, invariável em gênero, mas não em número, e indica que o ser é do sexo feminino (o javali-fêmea, as cobras-fêmeas).” *Fêmeo* é adjetivo que aceita as flexões habituais da língua: *javali fêmeo, jacaré fêmeo, tatu fêmeo: toutinegra fêmea, formiga fêmea*. Todavia, o masculino deste adjetivo, por ser morfológicamente masculino, mas feminino na significação, é menos usado do que o substantivo fêmea para formar femininos compostos; tal emprego exige, porém, o uso de hífen, por se tornar palavra composta de dois substantivos: *jacaré-fêmea, tatu-fêmea, beija-flor-fêmea*.

DEPARTAMENTO DE LETRAS

aspectos da realidade, diferentes da diversidade de sexo, e serve para distinguir os objetos substantivos por certas qualidades semânticas, pelas quais o masculino é uma forma geral, não-marcada semanticamente, enquanto o feminino expressa uma especialização qualquer:

barco / barca (= barco grande)

jarro / jarra (um tipo especial de jarro)

lobo / loba (fêmea do animal chamado lobo)³¹

Esta aplicação semântica faz dos pares *barco / barca* e restantes da série acima não serem consideradas primariamente formas de uma flexão, mas palavras diferentes marcadas pelo processo de derivação. Esta função semântica está fora do domínio da flexão. A analogia material da flexão de gênero do adjetivo é que levou o gramático a pôr no mesmo plano *belo / bela* e *menino / menina*.

Este fato explica por que na manifestação do gênero no substantivo, entre outros processos, existe a indicação por meio de sufixo nominal: *conde / condessa, galo / galinha, ator / atriz, embaixador / embaixatriz*, etc.

Sem ser função precípua da morfologia do substantivo, a diferença do sexo nos seres animados pode manifestar-se ou não com diferenças formais neles. Esta manifestação se realiza ou pela mudança de sufixo (como em *menino / menina, gato / gata*) – é a *moção* –, ou pelo recurso a palavras diferentes que apontam para cada um dos sexos – é a *heteronímia* (*homem / mulher, boi / vaca*). Na primeira série de pares, como já vimos na lição de Herculano de Carvalho, não temos formas de uma flexão, mas, nelas, como na segunda série de pares, estamos diante de palavras diferentes.

Quando não ocorre nenhum destes dois tipos de manifestação formal, ou o substantivo, com o seu gênero gramatical, se mostra indiferente à designação do sexo (*a criança, a pessoa, o cônjuge, a formiga, o tatu*) ou, ainda indiferente pela forma, se acompanha de adjuntos (artigos, adjetivos, pronomes ou numerais) com moção de gênero para indicar o sexo (*o artista, a artista, bom estudante, boa estudante*).

³¹ Em seu artigo “O gênero do português e suas relações morfo-semânticas”, Mauro José Rocha do Nascimento lembra que “No caso dos substantivos referentes a seres animados não humanos, há algumas exceções em relação à forma não-marcada. Os termos raposo e zangão, por exemplo, são invariavelmente marcados semanticamente, ao contrário de seus pares raposa e abelha, que designam toda a espécie”.

Amado Alonso (ALONSO, 1957: 63) afirma ainda que “A explicação sexual do gênero gramatical não está justificada historicamente. A dupla forma de alguns poucos nomes de animais (cervo e cerva, galo e galinha) não é muito antiga, pois não existia no latim arcaico de quatro séculos antes de Cristo. Antes, esses nomes eram somente masculinos”.

Inconsistência do gênero gramatical

A distinção do gênero nos substantivos não tem fundamentos racionais, exceto a tradição fixada pelo uso e pela norma; nada justifica serem, em português, masculinos *lápis*, *papel* e *tinteiro* e femininos *caneta*, *folha* e *tinta*.

A inconsistência do gênero gramatical fica patente quando se compara a distribuição de gênero em duas ou mais línguas, e até no âmbito de uma mesma língua histórica na sua diversidade temporal, regional, social e estilística. Assim é que para nós o *sol* é masculino e para os alemães é feminino *die Sonne*, a *lua* é feminino e para eles masculino *das Mond*; enquanto o português *mulher* é feminino, em alemão é neutro *das Weib*. *Sal* e *leite* são masculinos em português e femininos em espanhol: *la sal* e *la leche*. *Sangue* é masculino em português e francês e feminino em espanhol: *le sang* (fr.) e *la sangre* (esp.).

Mesmo nos seres animados, as formas de masculino ou do feminino podem não determinar a diversidade de sexo, como ocorre com os substantivos chamados *epícenos* (aplicados a animais irracionais), cuja função semântica é só apontar para a espécie: *a cobra*, *a lebre*, *a formiga* ou *o tatu*, *o colibri*, *o jacaré*, ou os substantivos aplicados a pessoas, denominados *comuns de dois*, distinguidos pela concordância: *o / a estudante*, *este / esta consorte*, *reconhecido / reconhecida mártir*, ou ainda os substantivos de um só gênero denominados *sobrecomuns*, aplicados a pessoas, cuja referência a homem ou a mulher só se depreende pela referência anafórica do contexto: *o algoz*, *o carrasco*, *o cônjuge*.³²

³² De forma um pouco mais detalhada, Carlos Alberto Gonçalves Lopes (2003: 77-78) identifica diversas formas pelas quais esta inconsistência se manifesta em nossas gramáticas, pecando em confundir diversos elementos da língua:

a) Confundir gênero gramatical com gênero biológico ao se dizer que o gênero é a propriedade que tem o nome de representar o sexo real ou convencional dos seres. Tal equívoco se explica por não se ter percebido que o sexo é um conceito biológico e que à gramática interessa apenas o gênero gramatical, que não se define por características semânticas mas formais, razão pela qual as correspondências nem sempre ocorrem, a exemplo de *mulherão*, um vocábulo no masculino gramaticalmente falando, mas que se refere a um ser do sexo feminino.

b) Confundir flexão com heteronímia ao dizer que nomes de pessoas e animais se submetem à flexão de gênero, de modo que *mulher* é o feminino de *homem*, por exemplo. Só que *homem* é substantivo masculino e *mulher* é substantivo feminino, ambos uniformes, com gênero único, sem admitir variação.

c) Confundir flexão com derivação ao apontar *diaconisa* como feminino de *diácono*, por faltar a percepção de que, gramaticalmente falando, tanto *diácono* quanto *diaconisa* são substantivos uniformes, podendo-se dizer que o mesmo em relação a *imperatriz*. Portanto, *diaconisa* é feminino de *diácono* sob o ponto de vista do gênero biológico mas não gramatical.

33

A mudança de gênero

Aproximações semânticas entre palavras (sinônimos, antônimos), a influência de terminação, o contexto léxico em que a palavra funciona, e a própria fantasia que moldura o universo do falante, tudo isto representa alguns dos fatores que determinam a mudança do gênero gramatical dos substantivos. Na variedade temporal da língua, do português antigo ao contemporâneo, muitos substantivos passaram a ter gêneros diferentes, alguns sem deixar vestígios, outros como *mar*, hoje masculino, onde o antigo gênero continua presente em *preamar* (*prea* = *plena*, *cheia*) e *baixa-mar*.

Já foram femininos *fim*, *planeta*, *cometa*, *mapa*, *tigre*, *fantasma*, entre muitos outros; já foram usados como masculinos: *árvore*, *tribo*, *catástrofe*, *hipérbole*, *linguagem*, *linhagem* (SAID ALI, [1931]: I, 65-70; DOMINGUES, 1932).

Voltando à argumentação contrária a nossa hipótese, transcrevo o tópico “Desinência de gênero ou sufixo?”, do Professor José Lemos Monteiro (2002: 87-87), ao qual farei alguns comentários em notas de pé de página:

d) Confundir a terminação -o e -a dos substantivos com as desinências de gênero masculino e feminino respectivamente. Não é correto dizer que os substantivos em -o estão no masculino e os em -a no feminino, não só por não ser consensual que tais terminações sejam de fato desinências como também por haver situações inversas, com muitos nomes terminados em -a no masculino, tais como (o) clima, (o) delta, (o) patriarca, (o) samba, (o) telefonema etc., e alguns nomes terminados em -o no feminino, como é o caso de (a) tribo.

e) Confundir determinação sintática com flexão ao se dizer que o feminino de tatu é *tatu fêmea*, quando na realidade não cabe para o substantivo dito epiceno, referente a certos animais, se falar numa distinção de gênero gramatical expressa pelos vocábulos *macho* e *fêmea*, porque o gênero de tatu não muda, com a indicação do sexo do animal. Portanto, em *tatu fêmea*, tatu continua no masculino, sem que o adjetivo determinante *fêmea* altere o gênero gramatical do substantivo determinado (*tatu*).

f) Confundir a manifestação de gênero no substantivo com a manifestação de gênero no adjetivo ao se afirmar que o substantivo se flexiona em gênero, quando a realidade é que a esmagadora maioria dos substantivos é uniforme, e mesmo em relação aos poucos casos para os quais comumente se admite haver flexão, como é o caso de *lobo* / *loba*, já há quem defenda a tese de ser a vogal -a não propriamente uma desinência de gênero, mas um sufixo derivacional.

³³ O Professor José Mário Botelho, em seu artigo “O gênero dos substantivos no Português”, cita o filólogo Amado Alonso, lembrando que a explicação sexual do gênero gramatical não está justificada historicamente. Segundo aquele filólogo, a dupla forma de alguns poucos nomes de animais (cervo e cerva, galo e galinha) é muito pouco antiga, pois não existia no latim arcaico de quatro séculos antes de Cristo, visto que, até então, esses nomes eram sempre masculinos. (Cf. ALONSO, 1957: 63, *apud* BOTELHO, 2004)

Alguns autores entendem que o morfe [a], marcador do gênero feminino, se alista entre os sufixos derivacionais, quando o vocábulo for um substantivo. Nessa linha, Bechara (1999) parece defender a idéia de que inexistente o processo flexional na distinção entre os gêneros dos substantivos. E Azeredo (2000), acatando a mesma opinião, afirma que a análise do gênero como flexão, embora muito difundida e consolidada, precisa de uma reformulação. A rigor, segundo tais estudiosos, em **lobo – loba** tem-se uma derivação, desde que as formas do masculino e do feminino expressam significações inerentes diversas.

É evidente que, sendo a hipótese difundida por nomes consagrados como os de Bechara e Azeredo, não é para ser desprezada sem uma reflexão mais acurada. A favor dela há, entre outros, o argumento de que o morfe [a] não se aplica sistematicamente a todos os substantivos.³⁴ Mas esse mesmo argumento poderia valer, por exemplo, para os chamados adjetivos uniformes (**doente, simples** etc.).³⁵

Desse modo, o grande problema para a aceitação da proposta reside no fato de que, morficamente, o adjetivo tem sob esse aspecto o mesmo comportamento do substantivo.³⁶ Como se pode entender que ambos são nomes, apenas diversificados quanto à função, afirmar que ocorre flexão, quando se trata de adjetivo, e derivação, quando o nome é substantivo, termina descaracterizando a flexão e a derivação como processos morfológicos. Se a coerência e a simplicidade são os princípios que devem nortear uma boa descrição, parece que tais princípios deixam de ser levados em conta, ao se admitir que o [a], embora seja desinência de gênero nos adjetivos, é sufixo derivacional nos substantivos.³⁷

Além disso, há outros fatos complicadores. Conforme explica Azeredo (2000: 111), em vocábulos que são potencialmente substantivos e adjetivos (**faxineiro, embaixador, sabichão** etc.) “existem contrapartes

³⁴ Faço questão de lembrar ao Prezado Colega que (exceto os que são potencialmente substantivos e adjetivos) praticamente não se aplica o morfema de gênero ao substantivo. Cf. mais abaixo a lista extraída de HOUAISS (2001).

³⁵ É claro que o argumento não vale para os adjetivos uniformes, pois estes não mudam de significado como mudam os substantivos dos pares (masculinos / femininos) apresentados como sendo formas flexionadas da mesma palavra. Alguém pode achar que o substantivo menino indica o mesmo ser que o substantivo menina, aos quais só se identifique uma acomodação gramatical?

³⁶ Engana novamente o Prezado Colega, pois o adjetivo se modifica para concordar com o substantivo a que se refere. E é nisto que consiste a principal diferença entre flexão e derivação, conforme informou o Prof. Bechara, no tópico acima transcrito. Substantivo algum se modifica para concordar com outro, como também já ficou mostrado.

³⁷ Engana-se novamente o Prezado Colega, pois é muito mais incoerência ter de justificar a inexistência de flexão de gênero para mais de noventa por cento dos substantivos de qualquer lista não selecionada, recolhida em qualquer dicionário.

femininas regularmente formadas por flexão”.³⁸ Ora, a nosso ver, insistimos mais uma vez, substantivos e adjetivos não são classes de palavras, mas funções (Cf. o capítulo final “Classes e funções”), sendo pouco provável encontrar-se um critério capaz de predizer quando um nome funciona exclusivamente como adjetivo ou como substantivo.³⁹ Os que se caracterizam preferencialmente como substantivos (*inteligência, beleza* etc.) em geral não admitem oposição de gênero, caso em que o [a] final, se presente, não é desinência nem muito menos sufixo derivacional.

Por outro lado, se entendermos que em pares do tipo *coelho* e *coelha* não se tem a mesma palavra, porém duas palavras distintas, o que dizer dos pronomes ou numerais que admitem a oposição de gênero? Os femininos *ela, toda, aquela, duas* etc. seriam também palavras distintas dos substantivos correspondentes?⁴⁰

Por essas razões, parece prudente manter nesse ponto a tradição gramatical que considera a marca mórfica de gênero como um mecanismo flexional. Mas o assunto continua polêmico e merece novos estudos.⁴¹

³⁸ Eis a íntegra do tópico 220, de Azeredo (2000: 111):

220. “Devemos, entretanto, reconhecer que, para nomes derivados como *sabichão, beberão, trapalhão, francês, português, italiano, americano, cantor, professor, embaixador, verdureiro, faxineiro*, existem contrapartes femininas regularmente formadas por flexão (*sabichona, francesa, italiana, cantora, faxineira*). Explica-se esse fato, seja porque tais nomes são potencialmente substantivos e adjetivos, seja porque contêm ‘sufixos que se flexionam’. Com efeito, os sufixos de grau *-(z)ão* e *-(z)inho* variam em gênero. O sufixo *-ão* apresenta no feminino o alomorfe *-on(a)*. Isso explica a existência de formas tipicamente populares e coloquiais como *mulherona, bolsona, cinturona, volona, portona*, criados para recuperar o valor de ‘aumentativo’ de certo modo perdido pelas formas em *-ão*: *mulherão, bolsão, cinturão, bolão, portão*.

O sufixo *-(z)inho / -(z)inha* também se comporta como unidade autônoma em relação ao gênero. É ele, e não o substantivo como um todo, que se flexiona em nomes como *pontezinha* e *pelezinha*, já que os nomes *ponte* e *pele* são de tema em *-e*. O *-a* dos diminutivos *portinha, ruazinha, pontezinha* e *pelezinha* é desinência de gênero própria do sufixo. A regularidade da presença do *-a* nos substantivos femininos derivados por meio do sufixo aumentativo *ão*, e dos sufixos *-ês, -or* e *-eiro* também é uma prova de que esse *-a* é uma desinência de gênero anexa ao próprio sufixo (*sabichona, solteirona* (subst. ou adj.), *francesa* (subst. ou adj.), *burguesa* (subst. ou adj.), *escritora, perdedora, lavadora, leiteira, laranjeira, sapateira, banheira*).”

³⁹ É claro que, para dissolver funcionalmente essa dúvida, basta considerar que o nome ambivalente é substantivo quando é o termo determinado e é adjetivo quando é determinante.

⁴⁰ É óbvio, caros colegas, que os artigos, pronomes, numerais e adjetivos flexionam em gênero para concordarem com os termos determinados por eles, não carregando nenhuma diferença semântica, mas apenas a alteração de gênero gramatical.

⁴¹ Como está evidente, concordamos com o Ilustre Linguísta e Sócio Correspondente da Academia Brasileira de Filologia quanto a sua última frase, mas, para o bem da ciência linguística, lutaremos pelo reconhecimento de que os substantivos não flexionam em gênero, enfrentando

Depois de esclarecer os fundamentos das formas que nos dão a ilusão de flexão de gênero dos nomes que são “potencialmente substantivos e adjetivos”, o Professor José Carlos Azeredo (2000: 111-2):

Em todos os demais casos em que à distinção de gêneros não corresponde uma distinção sistemática de significados, como a oposição “macho / fêmea”, os substantivos, embora formados com base no mesmo radical, apresentam relações de significado bastante variáveis ou mesmo de sistematização impossível. Esses pares de substantivos podem ser distribuídos em dois grupos:

Grupo A: nomes que diferem no gênero e na forma: *balanço / balanção, barco / barca, barraco / barraca, bicho / bicha, bolso / bolsa, braço / braça, caneco / caneca, cerco / cerca, cesto / cesta, cinto / cinta, cunho / cunha, encosto / encosta, espinho / espinha, fosso / fossa, fruto / fruta, grito / grita, horto / horta, jarro / jarra, lenho / lenha, madeiro / madeira, palmo / palma, poço / poça, ramo / rama, saco / saca, veio / veia.*

Grupo B: nomes homônimos de gênero diverso: *o cabeça / a cabeça, o guarda / a guarda, o caixa / a caixa, o lente / a lente, o moral / a moral, o rádio / a rádio, o capital / a capital, o rosa (cor) / a rosa (flor), o cinza / a cinza, o violeta / a violeta, o guia / a guia.*

Como nos lembra John W. Martin (2000: 65), indo um pouco além do que propomos (SILVA, 1999: 9-27) e do que propõe Bechara, “Se não fosse o fenômeno da concordância, não haveria por que falar em gênero para descrever adequadamente a língua”.⁴²

O que torna evidente em seu artigo é que os substantivos “marcantes”, que são os femininos, levam os seus determinantes para uma forma “marcada”. O que ocorre quando estão isolados ou em contextos “puros”. Em contextos “impuros” não há concordância. Ex.: Maria é alta. Maria e Joana são altas. Maria e Pedro são altos.

E conclui o articulista (MARTIN, 2000: 68-69):

essa tradição que não quis ver nem deixar que fosse vista uma realidade tão perfeitamente coberta que poucos se deram conta de tamanha inadequação.

⁴² Talvez fosse melhor partir da teoria do Prof. John W. Martin (2000) para evitar o que o Prof. José Lemos Monteiro disse sobre a coerência e a simplicidade como “princípios que devem nortear uma boa descrição”.

DEPARTAMENTO DE LETRAS

O termo “feminino”, de significação tão francamente polar, faz sentido somente quando oposto a seu contrário, “masculino”, e este, vimos já, não tem justificativa numa gramática da língua portuguesa.

No lugar de “gênero”, então, fica o conceito de adjetivos⁴³ marcados ou não marcados. Os marcados correspondem aos “femininos” da gramática escolar, e aparecem somente quando o adjetivo está relacionado a um substantivo marcante. Os não marcados aparecem EM TODAS AS OUTRAS CIRCUNSTÂNCIAS, haja ou não um substantivo a eles relacionado. É este último fato que determina que o assunto não seja uma mera questão terminológica, pois as conclusões dele decorrentes transformam dum modo essencial nossa maneira de encarar a categorização dos substantivos e o fenômeno da concordância adjetiva.

Na mesma época em que publicávamos o artigo de John W. Martin, Azeredo publicava o livro acima referido, em que escreveu o seguinte nas páginas 108 a 109:

*Gênero é uma propriedade gramatical inerente aos substantivos e que serve para distribuí-los em dois grandes grupos: nomes masculinos (carneiro, porco, caderno, muro, caramelo, sol, dia, brilho, clarão) e nomes femininos (ovelha, porca, borracha, parede, bala, lua, noite, claridade, escuridão). Todo substantivo pertence, portanto, a um gênero, que ordinariamente vem indicado nos dicionários. O gênero é, de um modo geral, uma característica convencional dos substantivos historicamente fixada pelo uso. Iso explica por que alguns substantivos mudaram de gênero ao longo do tempo (fim e mar, que já foram femininos e hoje são masculinos) ou apresentam gêneros diferentes conforme a variedade de língua (grama (unidade de peso) e cal, cujos gêneros variam conforme os usos da língua: coloquial e informalmente diz-se e escreve-se *duzentas gramas*, *o cal é branco*, enquanto nos usos técnicos e formais prefere-se *duzentos gramas* e *a cal é branca*).*

Nos casos de *carneiro / ovelha* e *porco / porca*, o falante de português se vale da oposição de significados entre macho e fêmea para identificar corretamente o gênero desses substantivos. Pode-se, portanto, dizer que, nestes últimos exemplos, o gênero, que é uma classificação eminentemente gramatical, corresponde à – e é motivada pela – distinção de conteúdos lexicais. O mesmo não se pode dizer, contudo, dos demais exemplos. O gênero de *caderno*, *muro*, *caramelo*, *sol*, *dia* e *brilho* não tem qualquer fundamento além da convenção social; esse é também o caso de *borracha*, *parede*, *bala*, *lua* e *noite*. Quanto a *claridade* e *escuridão*, são femininos por força de uma regra morfológica – a que nos diz que são femininos todos os substantivos formados de adjetivos com acréscimo das terminações *-idade* e *-idão*

⁴³ O autor exemplifica e argumenta com adjetivos para defender sua tese, proposta para qualquer determinante nominal.

Como se vê, as verdades milenarmente estabelecidas também são dignas de revisões e de novas formulações, com base nas novas ciências que surgem a cada momento e, agora, com muito mais velocidade do que acontecia antes da globalização virtual dos conhecimentos.

CONCLUSÕES MUITO PROVISÓRIAS

Poderíamos concluir esta exposição com as palavras de José Mário Botelho, propondo que

Conceber o gênero imanente e distinguir sexo (gênero nocional) de gênero gramatical constituem o primeiro passo e o mais relevante para se negar a flexão de gênero dos substantivos (como um fenômeno sistemático) ou, pelo menos, para se verificar a complexidade do tema, já que não é a correspondência de sexo, e sim o acréscimo da marca de gênero (“casa bela”, “torta gostosa”), imposta pela estrutura frasal, que cria o fenômeno gramatical. (BOTELHO, 2004)

Mas também não poderíamos deixar de lembrar as palavras da longa epígrafe da abertura desta exposição, onde Bechara diz que há uma maneira de aprender que

...procura dar um passo à frente da resposta breve e imediata: estabelece relações entre a dúvida apresentada e outros assuntos afins, de modo que, aprofundando um pouco mais a lição, amplia o conhecimento e garante sua permanência, porque não se contenta em ficar na superfície dos problemas e das dúvidas.

...além de permitir à pessoa permanecer à superfície, ensina-lhe dar braçadas, ir mais além. Assim, pela primeira, a pessoa bóia; pela segunda, nadando, avança e chega a seu destino.

Nossa pretensão não chega à de propor uma solução para o problema, mas apenas de alimentar esta polêmica para se poder colher mais argumentos e angariar mais simpatizantes pela busca de resposta para tão antiga incoerência na tradição gramatical.

É a essa gramática tradicional que Mattoso Câmara se refere no seguinte passo, em que reconhece que não é um trabalho científico exatamente por se prender ao pragmatismo didático-pedagógico:

A gramática, nestas condições, é uma disciplina descritiva, cuja ascensão a ciência apenas dependeria de desvencilhar-se das considerações de ordem prática e de apurar o rigor de exposição e método,... (CÂMARA JR., 1978: 7)

Noutro lugar, quando o fato da inconsistência da descrição de gênero se torna um fato público e preocupante entre os especialistas, Mattoso Câmara diz que “**a primeira mudança metodológica**, na descrição gramatical do gênero em português em face do que se tem feito até hoje [em 1966], é assim encará-lo, exclusivamente, em sua flexão nominal”. (CÂMARA JR., 2004: 149, **grifo nosso**).

Pouco mais adiante, apesar de seu pioneirismo na denúncia dessa dificuldade, além da proposta da “primeira mudança metodológica”, adianta, de forma complementar:

Como, por outro lado, todos os substantivos em português têm um gênero determinado, dependente ou independente do contexto, há que concluir que não é a flexão do substantivo, em princípio, a marca básica do seu gênero. Com efeito, quer apareça, que não apareça a flexão, todo nome, em cada contexto, será imperativamente masculino ou feminino. Assim, *livro*, *poeta*, *dente* são exclusivamente masculinos, como são exclusivamente femininos *tribo*, *rosa*, *ponte*, com as mesmas vogais finais, respectivamente. Da mesma sorte, conforme o contexto, são masculinos ou femininos, sem mudança de forma, *artista*, *intérprete* ou *mártir*.

Essa situação gramatical já era a da língua latina. A marca do gênero de um substantivo latino não estava nele em princípio, mas no adjetivo que podia funcionar como seu modificador:... (CÂMARA JR., 2004: 151).

Enfim, aqui estão alguns argumentos para uma descrição definitiva da expressão do gênero gramatical.

Colabore você também para que isto se torne uma realidade e se acabe com a tradicional confusão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Amado & UREÑA, P. H. *Gramática castellana*. 14ª ed. Buenos Aires: Losada, 1957.

AZEREDO, José Carlos. *Fundamentos de gramática do português*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BASSETTO, Bruno Fregni. As vertentes greco-latinas de nossa nomenclatura gramatical. *Cadernos do CNLF*, vol. VII, nº 01. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2003, p. 63.

BECHARA, Evanildo. *Gramática escolar da língua portuguesa*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

———. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BOTELHO, José Mário. O gênero do substantivo em português. In: SILVA, José Pereira da. (Org.). *A questão polêmica da flexão de gênero* (alguns textos básicos para sua discussão). 2ª ed. Rio de Janeiro: 2004 [no prelo].

CÂMARA JR., J. Mattoso. *Contribuição à estilística portuguesa*. 3ª ed. rev. Coleção “Linguística e Filologia”, coordenada por Carlos Eduardo Falcão Uchôa. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.

CARVALHO, J. C. Herculano de. *Enciclopédia luso-brasileira de cultura*. Lisboa: Verbo, [s/d.]a.

———. *Teoria da linguagem*. II. Coimbra: Coimbra, [s/d.]b.

———. *Estudos lingüísticos*. vol. III. Coimbra: Coimbra, [s/d.]c.

DOMINGUES, Conde Pinheiro. Variação de gênero em português. In *Revista de cultura*. Petrópolis: Vozes, 1932.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LOPES, Carlos Alberto Gonçalves. *Lições de morfologia da língua portuguesa*. Jacobina: Tipó-Carimbos, 2003.

MACEDO, Walmírio. *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença, 1991.

DEPARTAMENTO DE LETRAS

MARTIN, John W. Gênero? *Revista Philologus*, ano 6, n° 16. Rio de Janeiro: CiFEFiL, jan./abr. 2000, p. 65-69.

MATHEWS, P. H. *Morphology: An Introduction to the Theory of Word-structure*. Cambridge? Cambridge - UP, 1974.

MONTEIRO, José Lemos. *Morfologia portuguesa*. 4ª ed. rev. e ampl. Campinas: Pontes, 2002.

RIBEIRO, Manoel P. *Nova gramática aplicada da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Metáfora, 2002. [Já está na 14ª edição].

SAID ALI, Manuel. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos, s/d. [1931].

SILVA, José Pereira da. A inexistência da flexão de gênero nos substantivos da língua portuguesa. *Letras em foco*. Anais da II Semana de Letras e da VI Semana de Lingüística e Filologia. Tomo I: Língua, Lingüística e Filologia. São Gonçalo: DEL(UERJ) / CiFE-FiL, 2000, p. 9-27.

———. (Org.). *A questão polêmica da flexão de gênero* (alguns textos básicos para sua discussão). Rio de Janeiro: 2004 [2ª ed. no prelo].